

Ata Número Dezasseis

Aos vinte e dois dias do mês de junho do ano de dois mil e vinte e um, pelas vinte e uma horas, no Edifício da Junta de Freguesia em Bagunte, reuniu a Assembleia de Freguesia da União de Freguesias de Bagunte, Ferreiró, Outeiro Maior e Parada, sob a presidência de Carlos Manuel Amorim Cardoso, com a seguinte ordem de trabalhos:

1. Período de Antes da Ordem do Dia:
 - a) Apreciação e votação da Ata n.º 15 - Quadriénio 2017/2021;
 - b) Outros assuntos.
2. Período da Ordem do Dia:
 - a) Informação do Sr. Presidente de Junta sobre atividade da Junta de Freguesia e sua situação financeira;
 - b) Apreciação e votação da proposta para atribuição de toponímia (nome) a dois arruamentos da União de Freguesias.
3. Período de Depois da Ordem do Dia (período para intervenção do público).

O Sr. Presidente da Mesa da Assembleia de Freguesia, Sr. Carlos Manuel Amorim Cardoso, deu início à reunião verificando a presença de todos os seus membros.

No início da reunião não estavam presentes a Sra. Maria Amélia Araújo e a Sra. Catarina Ferreira. Como chegaram durante o decorrer dos trabalhos, não foram registadas faltas.

Da ordem de trabalhos constava no Período de Antes do Ordem do Dia, alínea a): Apreciação e votação da Ata n.º 15 - Quadriénio 2017/2021.

Este ponto foi submetido a apreciação, seguido de votação, o qual foi aprovado com seis votos a favor e uma abstenção.

Passou-se ao ponto seguinte do Período de Antes da Ordem do Dia, alínea b) Outros assuntos.

O Sr. António Ramalho pediu a palavra para fazer algumas observações relativamente à reunião de Câmara Fora de Portas que teve lugar na União de

Freguesias. A Presidente da Câmara Municipal de Vila do Conde apresentou nessa reunião como concretizações do mandato a redução do IMI, a redução da dívida municipal e o pagamento a prazo aos fornecedores da Câmara Municipal. O Sr. António Ramalho observou que a proposta de IMI familiar foi apresentada inicialmente pelo grupo do PS numa Assembleia Municipal e que, nessa altura, a Câmara não aprovou a medida que agora veio a implementar. O Sr. António Ramalho indicou como justificação para ser possível a execução das medidas acima descritas o aumento do orçamento de receitas da Câmara, nomeadamente o aumento da derrama municipal em 200.000 €. Pediu que fossem registadas estas observações uma vez que retratam fatos e que a referida reunião decorreu em Bagunte, sendo que na altura não achou oportuno fazer estes comentários.

O Presidente da Junta confirmou os fatos apresentados pelo Sr. António Ramalho.

O Sr. Paulo Andrade referiu o problema de falhas de luz, que sendo tão recorrente, deverá ser estrutural.

O Presidente da Junta esclareceu que existiram avarias por causa do saneamento e que, sempre que acontecem, são reportadas. Acrescentou que se trata de uma rede antiga, que por vezes tem problemas, estando a existir algum investimento para renovação por parte da EDP, mas que demora o seu tempo.

Passou-se ao Período da Ordem do Dia, alínea a) Informação do Sr. Presidente da Junta sobre atividade da Junta de Freguesia e sua situação financeira. O Presidente da Junta informou que a Junta mantém as contas equilibradas. Informou ainda da atividade da Junta, tendo destacado os seguintes pontos: continuação da colaboração com as Vicentinas na distribuição de cabazes às famílias mais desfavorecidas, colaboração com a escola Agustina Bessa Luís, preparação do ATL e dos transportes escolares para o próximo ano letivo, preparação da reabertura do centro de convívio sénior. Destacou ainda a colaboração da Junta com a Câmara Municipal nas obras que esta entidade está a executar na União de Freguesias. Informou que as ETARs estão praticamente concluídas. Relativamente às obras da Junta de Freguesia falou, entre outras, das obras na Rua da Estivada, nos balneários de Outeiro Maior e a pavimentação das

ruas. Declarou que o executivo continua o planeamento e a execução das obras e irá tentar fazer o que for possível antes do fim do mandato.

O Sr. António Ramalho deu os parabéns ao executivo. Relativamente à Urbanização 25 de Abril, lembrou que a Dra. Elisa Ferraz declarou que este era o local de Vila do Conde que mais a envergonhava. Realçou que, sendo assim, as obras naquele local deveriam ter sido feitas mais rapidamente, mas que o mais importante é que estão feitas.

Passou-se ao ponto seguinte da ordem de trabalhos, alínea b) Apreciação e votação da proposta para atribuição de toponímia (nome) a dois arruamentos da União de Freguesias.

O Presidente da Junta explicou que no decurso da colocação das placas de toponímia na União de Freguesias detetaram-se algumas lacunas. Em Santagões não existia nenhuma rua com o nome de Santagões, que já foi freguesia, então propõe-se atribuir esta designação a um arruamento sem nome, de forma a perpetuar o nome do lugar. Em Outeiro Maior constatou-se que não existia nenhuma rua com o nome do benemérito da freguesia Sr. Joaquim Lopes Ferreira Araújo, que doou à freguesia terreno para a construção do edifício da Junta de Outeiro Maior e a casa no porto. Propõe-se por isso a atribuição para perpetuar a memória do benemérito.

O Presidente da Junta explicou que, depois de aprovada a proposta em Assembleia de Freguesia, tem de ser comunicada à Câmara e só depois se colocarão as placas de toponímia.

O Presidente da Assembleia manifestou concordância com a proposta.

A Sra. Catarina Ferreira observou que embora seja uma homenagem, o benemérito de Outeiro Maior merecia um destaque maior.

A proposta para atribuição de toponímia é a seguinte: atribuição do nome de Santagões ao arruamento sem nome no lugar de Santagões e que faz ligação entre a Rua Luís de Camões e a Rua de São Miguel em Bagunte e a atribuição do nome da Rua Joaquim Lopes Ferreira Araújo à rua perpendicular à Travessa da Estivada nº 1 em Outeiro Maior. A proposta foi posta a votação e aprovada com oito votos a favor e uma abstenção.

Passou-se de seguida ao período de Depois da Ordem do Dia.

O Sr. José António Pereira pediu esclarecimento relativamente ao seguinte: lembra-se de ter sido aprovado há uns anos em Assembleia de Freguesia a alteração do nome de uma rua para Rua de Santagões, uma alteração que na altura causou bastante polémica; pergunta se esta alteração ficou sem efeito.

O Presidente da Junta respondeu que na Câmara Municipal não existe registo do pedido de alteração de nome de rua.

O Sr. Marcelino Balazeiro elogiou o dinamismo do executivo mesmo em tempo de pandemia, alertou para o triângulo existente no caminho de Fornos e que dificulta o movimento de viaturas maiores e sugeriu a transferência do Cruzeiro de Santagões para o Largo; solicitou ainda o corte de videiras que estão no caminho e dificultam a passagem. Relativamente às obras da Indaqua, observou que acha mal a obra de saneamento em Outeiro Maior passar por cima de linhas de água, referindo um caminho.

O Presidente da Junta informou que vai ser feita uma obra pela Câmara Municipal de Vila do Conde para colocação de betuminoso em vez de paralelo na estrada desde a Garrida até às Três Rodas, e que já foi feito um pedido para que quando for executada essa obra seja alterado o local onde está o triângulo. Relativamente à questão da mudança de localização do Cruzeiro disse que era uma questão muito complexa até porque envolve questões de propriedade entre a Junta e a Comissão Fabriqueira, e esta tem de dar parecer. Em relação à limpeza das videiras, será feita logo que seja possível.

Quanto à obra de saneamento o Presidente da Junta explicou que o projeto é da Câmara Municipal e da Indaqua, e está previsto a obra passar no caminho em questão. Disse que vai averiguar melhor a situação, mas que as minas de água devem de ser salvaguardadas.

O Sr. José António Pereira observou que o saneamento não é para contaminar, é para descontaminar; a rede de saneamento atravessa muitas linhas de água, mas que são salvaguardadas.

O Sr. Alberto Silva questionou a propriedade do caminho.

O Presidente da Junta esclareceu que os caminhos públicos são todos propriedade da Câmara Municipal de Vila do Conde e que são geridos por esta entidade. A Junta não tem caminhos.

O Presidente da Junta lembrou que quando a Câmara Municipal tentou restituir a posse do caminho em disputa em Outeiro Maior, não foi mostrado nenhum documento pelos particulares que contrariasse a pretensão da Câmara Municipal.

O Sr. Joaquim Ferreira disse que aquele local já não era caminho há muitos anos e que as minas são pouco estruturadas e podem ceder.

O Sr. José Azevedo afirmou que sempre conheceu o caminho como caminho público.

A Sra. Catarina Ferreira disse que nesta situação estava em questão as estruturas da mina serem abaladas com a obra de saneamento e que a água era necessária para a exploração agrícola. Acrescentou que, mesmo que as estruturas venham a ser salvaguardadas, pode não ser em tempo útil para as necessidades de água da exploração agrícola. Disse que eram duas situações diferentes, a propriedade do caminho e a estrutura das minas, que devem ser salvaguardadas no imediato.

O Presidente da Junta concorda que as minas devem ser salvaguardadas e que deve ser feita uma negociação para ver em que termos. Os técnicos da Indaqua devem ser chamados para salvaguardar a situação. Lembrou que os técnicos já tinham manifestado disponibilidade para visitar o local, mas que tinha sido recusada pelo proprietário das minas a entrada dos técnicos.

Repetiu ainda que esta não é uma obra da Junta e que a Junta não foi ouvida para a elaboração do projeto.

A Sra. Catarina Ferreira manifestou estranheza pela limpeza do caminho ter coincido com a apresentação do projeto de saneamento. Pergunta se o Presidente da Junta só teve conhecimento do projeto depois de ter sido feita a intenção de limpeza do caminho.

O Presidente da Junta declarou com veemência que quando foi feita a intenção de limpeza do caminho não sabia do projeto de saneamento.

O Sr. José António Pereira repetiu que as condutas de saneamento têm sempre de salvaguardar as minas, que trabalha há muitos anos no ramo, e que uma coisa convive com a outra.

O Sr. António Ramalho pediu esclarecimentos sobre se o caminho é ou não público.

O Presidente da Junta respondeu que quando avisou a Sra. Catarina Ferreira que o caminho ia ser limpo, por causa de eventuais culturas agrícolas, ela respondeu que o caminho não é nosso, nunca cultivamos o caminho, podem limpar quando quiserem.

O Sr. Ernesto Azevedo e a Sra. Goretti Martins, membros do executivo, que estavam presentes durante esta conversa, confirmaram as palavras do Presidente da Junta.

A Sra. Catarina Ferreira disse que estava tudo gravado. O Presidente da Assembleia, Sr. Carlos Cardoso interveio para colocar ordem e para chamar a atenção à Sra. Catarina Ferreira que não podia gravar as reuniões da Assembleia. Esta respondeu que em tempo de guerra não se limpam armas.

Tendo-se gerado altercações e conversas cruzadas entre vários dos presentes na reunião da Assembleia, o Presidente da Assembleia pediu ordem na sala e informou que tendo sido concluída a ordem de trabalhos iria encerrar a reunião da assembleia.

Nada mais havendo a tratar, foi dada por terminada e reunião, da qual se lavrou a presente ata, que será aprovada e assinada.